

## **A COLÓNIA DE SACRAMENTO - EXPRESSÃO DO URBANISMO PORTUGUÊS SEISCENTISTA**

**Manuel C. Teixeira (Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura – ISCTE)**

1. Introdução. A fundação da Colónia de Sacramento
2. Características morfológicas dos traçados urbanos portugueses
3. O urbanismo brasileiro seiscentista – a regularidade dos traçados.  
As características morfológicas da Colónia de Sacramento
4. A ideia de irregularidade do urbanismo português versus regularidade do urbanismo espanhol – as consequências sobre a realidade construída

### **1. Introdução. A fundação da Colónia de Sacramento**

A fundação da Colónia de Sacramento, em 1680, na zona estratégica do estuário do Rio da Prata coloca-se no contexto do complexo processo de demarcação das fronteiras dos territórios coloniais de Portugal e de Espanha.

A Colónia de Sacramento foi uma das mais disputadas entre as coroas de Espanha e Portugal desde a sua fundação pelos portugueses, em 1680, até passar definitivamente para as mãos espanholas em 1777. Para os portugueses constituiu um marco na sua intenção de estender os seus domínios até ao rio da Prata.

Dois navios portugueses, um deles pilotado por João de Lisboa, teriam chegado pela primeira vez ao rio da Prata em 1514. Dois anos depois, o navegador João Dias de Solis, ao serviço de Espanha, redescobriu – então oficialmente – aquele estuário. Em 1531 Pero Lopes de Sousa coloca um marco lusitano no baixo rio Paraná, um pouco além do estuário do rio da Prata, na expedição de exploração comandada por seu irmão Martim Afonso de Sousa. Perante este avanço português, e a indefinição do limite das 370 léguas a oeste de Cabo Verde fixadas em Tordesilhas em 1494, os espanhóis trataram de consolidar a posse e a precedência no povoamento do estuário platino através da fundação em 1536 do porto de Buenos Aires na margem oriental do rio da Prata.

A fundação de Buenos Aires na margem oriental, parecia confirmar o rio da Prata como a fronteira natural entre os territórios portugueses e espanhóis. A União Ibérica de 1580 a 1640 deixa a questão em silêncio durante sessenta anos. Mais de um século depois da fundação de Buenos Aires – após a restauração da independência em 1640 e da guerra subsequente que terminou com o acordo de paz assinado em 1668 – Portugal consolida a posse da margem esquerda do Rio da Prata com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, ao mesmo tempo que aumentavam as reivindicações da Espanha sobre aquele território. A fundação de Montevideo em 1726 na margem oriental do rio da Prata vem reafirmar a pretensão Espanhola à região platina, dando continuidade a um longo processo político e militar.

Pelo Tratado de Madrid de 1750, Portugal cedia à Espanha a Colônia do Sacramento e recebia em troca os Sete Povos das Missões do Uruguai, mas o Tratado do Pardo, de 1761, veio anular o de Madrid. Finalmente, pelo Tratado de Stº Ildefonso, de 1777, Portugal cede à Espanha a Colônia do Sacramento em troca da devolução da ilha de Stª Catarina. Em 1801 são conquistados por Portugal os Sete Povos das Missões e em 1811 ocupada a banda oriental do Rio da Prata, que é devolvida no ano seguinte. Em 1820 a zona é incorporada no Brasil, já independente, sob o nome de Província Cisplatina. Em 1828, o Brasil desiste de anexar a Província Cisplatina e, a partir de um idêntico compromisso por parte da Espanha, é criada a República Oriental do Uruguai.

O seu fundador foi Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro desde 1678. Durante quase um século a Colónia foi alvo de cinco tentativas de conquista por parte dos espanhóis. Localizada numa pequena península rodeada por três lados pelo rio da Prata, a Colónia de Sacramento tem um traçado urbano que é expressão do urbanismo português seiscentista, embora apresente características singulares relativamente a outras cidades do mesmo período.

A Colónia de Sacramento inicia-se com a construção em 1680 da fortaleza de S. Gabriel, de forma quadrada, e que irá mais tarde funcionar como cidadela do novo recinto fortificado. Vários ataques espanhóis destruíram a fortaleza, que em 1704 é reconstruída com uma forma abaluartada. Em 1715 começa-se a construir um perímetro fortificado que englobava já uma estrutura urbana. A fortaleza funcionava então como cidadela do recinto fortificado, constituído por baluartes virados para terra e trincheiras a proteger a zona junto ao rio.

## **2. Características morfológicas dos traçados urbanos portugueses**

O urbanismo português caracteriza-se, em todas as épocas, pela síntese de uma ideia de regularidade e de rigor, por um lado, com uma grande capacidade de entender e de se articular intimamente com o território, por outro. O urbanismo português é assim o resultado da síntese que resulta da adopção de um plano pré-definido e da sua íntima articulação com o território.

A capacidade de adaptação ao terreno está presente em todas as épocas, e representa a componente vernácula dos traçados urbanos portugueses. Estes traçados são menos rigorosos do ponto de vista geométrico e em muitos casos a sua construção é feita no decorrer de um longo período de tempo, e sem o recurso a especialistas.

A regularidade está igualmente presente em todas as fases do urbanismo português. Ao longo dos séculos verifica-se uma crescente afirmação da regularidade geométrica dos

traçados urbanos. Das cidades romanas de colonização às cidades medievais planeadas do século XIII, aos traçados de influência renascentista de quinhentos e de seiscentos, atingindo o seu apogeu nas cidades iluministas setecentistas a regularidade do urbanismo português afirma-se crescentemente. Nos planos das cidades seiscentistas e setecentistas é possível observar esta crescente geometrização, que tem a ver fundamentalmente com a evolução da cultura urbanística europeia, em que o urbanismo português se inscreve. Esta regularidade resultava habitualmente da participação de técnicos especializados, com uma formação erudita, no seu traçado.

No caso português haverá um outro factor a ter em consideração, que é o período de sessenta anos de união das corôas ibéricas, entre 1580 e 1640. Isto significa que poderá ter havido uma influência directa do urbanismo espanhol sobre o urbanismo português, que se terá traduzido a partir de finais de quinhentos quer na maior regularidade dos traçados, quer na afirmação da praça como o elemento central do plano.

A síntese destas duas componentes, que caracteriza a maioria das cidades portuguesas, traduz-se em traçados urbanos em que a ideia de regularidade que lhes está subjacente – e que é claramente perceptível – é deliberadamente moldada às realidades físicas do território em que se constrói. Daqui resultam traçados que, embora não rigorosamente regulares em planta, se caracterizam por uma grande regularidade quando os percorremos, enriquecidos ainda por uma estreita adaptação ao território e às pré-existências construídas e uma grande capacidade de tirar partido delas. A capacidade de articular coerentemente estas duas componentes é uma das principais características dos urbanismo português de todas as épocas.

As praças urbanas, e o papel cada vez mais importante que elas desempenham nos traçados urbanos, são ilustrativos desta crescente regularidade. Nas cidades portuguesas da idade média, os espaços que tinham a função de praças existiam associadas às portas das muralhas (no interior e no exterior) ou tinham um carácter de espaço residual, na periferia das malhas urbanas.

A partir do século XVI as praças tornam-se um elemento fundamental dos traçados urbanos portugueses, assumindo um papel central dos pontos de vista formal e funcional, mas também simbólico. No século XVII, e claramente nos traçados urbanos setecentistas, as praças passam a assumir o papel de elementos geradores dos traçados. É a partir das praças, habitualmente localizadas no centro, que se desenvolve e se estrutura o território urbano: as ruas que passam tangentes aos seus lados, ou que as cruzam, tornam-se as principais vias do núcleo urbano e simultaneamente as directrizes das restantes ruas que compõem a malha.

Em todas estas cidades, contudo, ainda que ao longo dos séculos XVI e XVIII prepondere a componente racional, continua a observar-se a síntese das duas componentes, vernácula e erudita, na estruturação dos seus traçados. O resultado é muitas vezes uma estrutura ortogonal, ou uma estrutura de base ortogonal, com as adaptações impostas pelo sítio.

Estas características morfológicas são o resultado do próprio processo de planeamento e de construção das cidades portuguesas. Por um lado, ao longo do seu processo de desenvolvimento, as cidades portuguesas conciliam, em momentos diferentes, os dois modos de estruturação urbana: a uma primeira fase, em que o traçado urbano resulta da acção de não especialistas e é muito articulado com as particularidades do sítio, daí resultando traçados não geometrizados, sucedem-se outras fases de desenvolvimento que contam já com a participação de especialistas, e que partindo de uma traçado geométrico se traduzem em planos regulares.

Por outro lado, os próprios especialistas, os engenheiros militares que a partir do século XVI se vão encarregar cada vez mais do traçado das cidades interiorizam na sua prática – e na sua teoria – a síntese destas duas formas de fazer cidade. Estes engenheiros militares não se contentavam em desenhar um traçado regular, geometrizado, segundo princípios teóricos eruditos e posteriormente implantado no sítio.

É raro nas cidades portuguesas que a métrica ou a geometria que está na base do desenho, muitas vezes uma simples grelha ortogonal, se traduza literalmente no traçado que é efectivamente construído. Habitualmente, mesmo quando não existem constrangimentos físicos ou pré-existências construídas, esta malha conceptual não se traduz literalmente na estrutura física do traçado, mas expressa-se antes de uma forma mais subtil e simultaneamente mais complexa. Nalguns casos, a concepção do desenho tem já em consideração as particularidades do sítio, fazendo-se a conciliação do plano ideal com o sítio no próprio acto de planear. Noutros casos, é após a execução do desenho que vem o confronto com o sítio, onde se fazem todas as adaptações necessárias para a sua perfeita adequação às condições naturais do território.

Este terá constituído o processo mais comum de estruturação das cidades portuguesas. Conforme se pode ler em dois momentos da obra de Luis Serrão Pimentel, “o Engenheiro deve proceder com juízo, & boa consideração, tomando as medidas, & tirando a Planta, para que no papel veja primeiro como hem um espelho a representação de toda a obra (...) antes que se risque esta no terreno; onde outra vez se deve considerar tudo com mais particular atenção, melhorandole o que não parecer bem ajustado” (1)

Desta forma, diluem-se as fronteiras entre o vernáculo e o erudito, verificando-se a capacidade do engenheiro militar, com uma formação erudita, de interiorizar os princípios vernáculos de construção de cidade na sua teoria e na sua prática. A prática urbanística portuguesa situou-se sempre entre estes dois extremos: de um lado, a teoria, o plano idealizado e o desenho; do outro, a experiência prática e o confronto com a realidade.

A cidade portuguesa caracteriza-se pelo rigor, só que muitas vezes esse rigor não se traduz de uma forma geométrica. O rigor da cidade portuguesa caracteriza-se antes, fundamentalmente, pela sua predisposição e pela sua capacidade, que se verifica em todos os momentos históricos, de se adaptar às condições físicas do território e às pré-existências naturais ou construídas pelo homem.

Raramente a malha conceptual regular que estava por detrás do traçado se traduzia literalmente na realidade construída. Por vezes, as transformações faziam-se dentro da própria estrutura geométrica abstracta, com o único objectivo de a tornar menos óbvia, e mais complexa. Noutros casos, era consequência da sua adaptação ao terreno, da adaptação ao território e à estrutura de propriedade, ou da adaptação a pré-existências construídas. A cidade portuguesa é a cidade que não se impõem ao território, mas se constrói com ele. Sérgio Buarque estava certa na sua caracterização da cidade portuguesa – “a cidade que os portugueses construíram na América (...) não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (2) – mas não das razões – o “desleixo” (3), segundo ele – que conduziram a ela. A cidade portuguesa de todas as épocas foi sempre – utilizando um termo de hoje – uma cidade sustentável, adaptada às circunstâncias e permanentemente ajustável a elas. Essa é sem dúvida a sua característica fundamental, e é essa inteligência territorial que lhe transmite um sentido de ordem, de harmonia, e lhe permite a sua permanência ao longo do tempo.

### **3. O urbanismo brasileiro seiscentista – a regularidade dos traçados.**

#### **As características morfológicas da Colónia de Sacramento**

As cidades fundadas ao longo do século XVII no Brasil evidenciam uma regularidade dos traçados cuja génese encontramos já nas cidades quinhentistas, de que Salvador da Bahia é um exemplo claro, e que se vai expressar mais tarde plenamente nos traçados urbanos setecentistas construídos quer no Brasil quer em Portugal.

A fundação da Colónia de Sacramento em 1680 ocorre quase um século depois da fundação, no norte do Brasil, das cidades de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1584, de Natal, em 1598, bem como de São Luis do Maranhão, em 1615, e de Belém do Pará, em 1616. No sul do Brasil, é posterior à construção de Rio Grande e do Presídio de Jesús-Maria-José, em 1637, de São Francisco do Sul, em 1658, e do Desterro, em 1673, antecedendo apenas de alguns poucos anos a fundação de Laguna, em 1688. Em

qualquer uma destas cidades, muitas delas construída no período Filipino, existe uma regularidade que aparentemente não se afirma tão claramente na Colónia do Sacramento.

O traçado urbano da Colónia de Sacramento é expressão do urbanismo português seiscentista, embora a sua função eminentemente estratégica, em que prevaleceram sempre as preocupações de natureza militar, as necessidades de defesa face às situações de guerra em que esteve permanentemente envolvida, e os ataques constantes que a destruíram repetidamente, tenham deixado as suas marcas.

A cartografia espanhola da Colónia de Sacramento que se encontra no Arquivo das Índias, datada de 1681 a 1737, mostra ainda a fortaleza – de S. Gabriel – que esteve na sua origem. Uma planta de 1681 tem mesmo essa designação e nela se vê a fortaleza inicial, de forma quadrada. No exterior, entre a fortaleza e o rio vê-se já um conjunto de construções. As outras plantas, de 1735, 1736 e 1737, são mais esquemáticas, representando essencialmente a fortificação que entretanto havia sido reconstruída com uma forma abaluartada.

Mais tarde, a estrutura urbana passa a cercar toda a fortaleza que se transforma na cidadela do recinto fortificado. Na planta de 1753, de José Custódio de Sá Faria, a fortaleza foi já completamente absorvida pelo tecido construído, embora se continuem a perceber os seus antigos limites. É em função dela que é possível perceber a lógica do plano de Colónia de Sacramento.

Tal como era característico das fundações urbanas portuguesas, a Colónia de Sacramento estrutura-se de acordo com a configuração do local em que está implantada, neste caso um pequeno promontório de forma sensivelmente rectangular, estruturando-se no seu interior segundo uma malha sensivelmente ortogonal de ruas perpendiculares e paralelas. No território exterior ao núcleo muralhado da Colónia de Sacramento, o traçado sobrepõe-se aos caminhos de acesso à praça forte, que por sua vez seguem a estrutura topográfica do terreno. O núcleo muralhado da Colónia de Sacramento tem um

perímetro de forma sensivelmente rectangular. Três dos seus lados – norte, sul e oeste – são rodeados pelo rio, e defendidos por trincheiras. O quarto lado, o lado de terra está defendido por uma muralha com baluartes. A porta principal da Colónia, do lado de terra, está localizada neste pano de muralha e abre para a Praça de Armas.

O núcleo urbano intramuros tem por base uma estrutura ortogonal, claramente perceptível, ainda que deformada nalguns locais, não tanto pelas características do sítio, cuja ligeira pendente para o rio não oferece grandes obstáculos, mas pelas irregularidades de algumas ocupações urbanas: quarteirões incompletos, edifícios institucionais a ocupar espaços públicos, etc. Uma das características do traçado da Colónia do Sacramento é a existência de várias praças, destinadas a diferentes funções, o que constituiu uma característica dos traçados urbanos portugueses.

A Colónia tem uma estrutura simétrica relativamente a um corpo central, onde se localiza, num extremo, do lado de terra, a praça que é rodeada pela Igreja Matriz, o Palácio do Governo e o Corpo da Guarda. Esta era a antiga praça de armas da fortaleza de S. Gabriel, que permaneceu como a praça institucional da Colónia. No mesmo corpo central, no extremo oposto, do lado do rio, localiza-se o Colégio da Companhia e o seu terreiro aberto para o rio.

No exterior da antiga fortaleza de S. Gabriel, do lado sul, estruturou-se a nova Praça de Armas, de grandes dimensões. Do lado norte, simetricamente em relação à velha fortaleza, a Praça de Armas é contrabalançada por um espaço largo e alongado, o provável remanescente de uma praça de maiores dimensões parcialmente ocupada por construções. A Praça de Armas é assim denominada no levantamento elaborado pelo engenheiro-militar José Custódio de Sá e Faria, de 1758. A partir da tomada de posse da Colónia pelos espanhóis, esta praça passa a denomina-se “Plaza Mayor”, sendo assim designada nos novos levantamentos da cidade, apesar dela nunca ter tido essa função já que os edifícios principais não eram aí localizados.

De um lado e outro da cidade, duas ruas percorrem-na de este a oeste, sendo cada uma delas ladeada por duas fiadas quarteirões. Um conjunto de ruas longitudinais, perpendiculares a estas, atravessa a cidade de lado a lado no sentido norte-sul, apenas interrompidas em duas ou três situações, prováveis subversões do traçado original. Um conjunto de quarteirões mais pequenos e fragmentados, são os restos da antiga fortaleza, entretanto demolida ou absorvida por estas construções.

#### **4. A ideia de irregularidade do urbanismo português versus regularidade do urbanismo espanhol – as consequências sobre a realidade construída**

Apesar desta estrutura regular, legível quer na cartografia setecentista quer na realidade dos seus espaços urbanos, a Colónia de Sacramento é por vezes caracterizada como sendo irregular. Isso é resultado do desfazamento da percepção e da incapacidade de compreensão, por uma cultura, da realidade construída por uma outra cultura.

A ocupação portuguesa da Colónia de Sacramento foi de um pouco menos de um século, de 1680 a 1777, passando então para a posse de Espanha e passando a fazer parte do Uruguai a partir de 1828. A incapacidade de entender a lógica dos traçados portugueses, e a sua leitura habitual como espaços desordenados e irregulares, conduziu a que, progressivamente, os espaços se fossem tornando efectivamente mais irregulares e portanto, supostamente, mais “portugueses”. As próprias acções de reabilitação do núcleo histórico da Colónia de Sacramento terão partido desse pressuposto, e contribuído para tal.

Comparando as cidades seiscentistas do Brasil e a Colónia de Sacramento verifica-se que as cidades brasileiras, embora por vezes menos regulares do ponto de vista geométrico e inseridas numa cultura urbana habitualmente caracterizada pelo seu menor rigor, mantiveram a sua regularidade ao longo do tempo, enquanto a Colónia de Sacramento, inserida desde 1777 numa cultura urbana caracterizada pela sua grande regularidade, terá pelo contrário perdido parte do seu rigor inicial.

A incompreensão da sua estrutura, em que apenas se via a sua irregularidade e não os princípios ordenadores que lhes estavam subjacentes, foi-a transformando na imagem, algo pitoresca e caricatural, daquilo que, na perspectiva da cultura urbanística espanhola, é uma cidade de origem portuguesa. A ideia de que a cidade portuguesa se caracteriza pela sua irregularidade foi-se assim progressivamente impondo sobre a própria realidade.

Notas:

1. Luis Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*, Lisboa, 1680, pp. 321, 329.
2. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo, 1995, p. 110